

O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E SEUS PRESSUPOSTOS

Maria Lucia Morrone –UNIB¹ – Brasil – morrone@uol.com.br
Marina Ranieri Cesana – APASE²-Brasil-marace@br2001.com.br

RESUMO

A comunicação analisa os pressupostos do Exame Nacional do Ensino Médio, assim como, as suas gradativas contribuições à melhoria da qualidade de ensino na Educação Básica e ampliação das oportunidades de acesso ao Ensino Superior a seus participantes, mas, por outro lado, indica os desafios que o referido Exame deve superar para atingir as suas finalidades. Este artigo fundamenta-se em: estudos teóricos referentes a competências, habilidades, interdisciplinaridade e sistema de avaliação; normas legislativas; informações obtidas na mídia; relatórios do Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira; análise de questões incluídas em provas do referido exame, especificamente, na área de Ciências Humanas e Tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Exame Nacional do Ensino Médio - Ensino Médio - Avaliação.

A comunicação parte do pressuposto de que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem contribuído com a Educação Nacional porque induz de forma gradativa às mudanças nas diretrizes curriculares das escolas de Ensino Médio, de forma a instituir o ensino interdisciplinar, como também tem proporcionado uma ampliação às oportunidades de acesso ao Ensino Superior público e privado. Enquanto metodologia de pesquisa as supracitadas hipóteses fundamentam-se em: estudos efetuados por especialistas sobre competências e habilidades; currículo interdisciplinar e sistemas de avaliação; normas legislativas referentes ao Ensino Médio³; informações obtidas na

¹ Universidade Ibirapuera.

² Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo.

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996; Resolução da Câmara Básica de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº 2 de 30 de janeiro de 2012.

mídia; relatórios elaborados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) que apresentam indicadores sobre a crescente demanda na realização do exame e consequente ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior público e privado; análise de conteúdos presentes em questões de provas, especificamente, na área de Ciências Humanas e Tecnologias com a finalidade de analisar os pressupostos pedagógicos implícitos na elaboração e estruturação das mesmas, entre eles o da interdisciplinaridade, competências e habilidades.

Um importante desafio enfrentado com o ENEM foi a possibilidade de ampliar o diálogo com as escolas de Ensino Médio, propondo uma reestruturação curricular. Nesse sentido, foi elaborada pelo INEP, em 2009, a *Matriz de Referência ENEM* destinada à elaboração das provas e orientação de estudos aos participantes do exame, com o objetivo de ampliar e evidenciar os objetos de conhecimento avaliados. Essa *Matriz*, não alterada até 2013⁴, foi validada por um comitê composto por representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), do Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

A *Matriz de Referência ENEM* foi desenvolvida com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais reconstruímos continuamente o conhecimento, tendo por base quatro áreas de conhecimento: *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Nela estão especificados os eixos cognitivos comuns às áreas de conhecimento: “dominar linguagens; compreender fenômenos; enfrentar situações-problema; construir argumentação e elaborar propostas”. Para cada área de conhecimento há a especificação de competências e respectivas habilidades.

Segundo Piaget (1975), o desenvolvimento cognitivo ocorre a partir da ação do sujeito sobre o meio ambiente. A partir dessa interação a pessoa constrói ou transforma estruturas mentais adquirindo maneiras de fazê-las funcionar. O eixo central, portanto, é a interação organismo-meio e essa interação acontece por meio de dois processos

⁴ <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?itemid=310+enen.br> acesso 22/11/2013.

simultâneos: a organização interna do indivíduo e a sua adaptação ao meio ambiente, funções exercidas pelo organismo ao longo de sua vida.

A ação humana consiste neste movimento contínuo e perpétuo de reajustamento ou de equilibração. É por isto que, nas fases de construção inicial, se pode considerar as estruturas mentais sucessivas que produzem o desenvolvimento como formas de equilíbrio, onde cada uma constitui um progresso sobre as precedentes. (PIAGET, 1986, p.14-15).

Neste século XXI há uma dinâmica social que, ao apresentar novos problemas, nos desafia exigindo um posicionamento rápido e adequado ao cenário imposto pelas constantes mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas. Esse cenário, característico do nosso século, permeia todas as esferas de nossa vida pessoal, mobilizando continuamente nossa capacidade de reflexão acerca de valores, atitudes e conhecimentos que norteiam a nossa vida em sociedade. A prova do ENEM, ao interagir com o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na comunidade escolar, possibilita a rediscussão das finalidades do Ensino Médio prescritas nos seguintes incisos do artigo 35, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96:

*I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.*

O ENEM segue também o prescrito na Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº 2 de 30 de janeiro de 2012, que organiza o currículo em quatro áreas de conhecimento e destaca que esse currículo deve

contemplar um tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade, como se pode concluir pela leitura do artigo oitavo da referida Resolução:

Art. 8º O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber:

I- Linguagens;

II-Matemática;

III- Ciências da Natureza;

IV - Ciências Humanas

§1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

§2º A organização por áreas de conhecimento não dilui nem exclui componentes curriculares com especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados, mas implica no fortalecimento das relações entre eles e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores.

O ENEM tem por finalidade avaliar as competências e habilidades básicas que devem ser desenvolvidas e transformadas durante o processo de ensino e aprendizagem nas Escolas de Ensino Médio. Nesse sentido, a análise dos resultados do desempenho dos participantes no referido exame permite a identificação de lacunas a serem superadas em seu aprendizado e também das potencialidades que eles podem apresentar.

Esta comunicação retoma a teoria de Philippe Perrenoud⁵ quanto ao conceito de competências, tendo em vista que o autor as define como faculdades de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos - saberes, capacidades, informações - para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações-problema. Segundo o autor o sistema de avaliação deve incluir tarefas contextualizadas com a inserção de problemas complexos para que os estudantes desenvolvam suas competências. Perrenoud propõe, entre outras, as seguintes categorias para identificar as competências fundamentais que viabilizam o desenvolvimento da autonomia das pessoas: a) identificar, avaliar e valorizar suas possibilidades, seus direitos, seus limites e suas necessidades; b) formar e conduzir projetos e desenvolver estratégias, individualmente ou em grupo; c) analisar situações, relações e campos de força de forma sistêmica; d) cooperar, agir em sinergia, participar de

⁵ PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Trad. Patrícia Chittoni Ramos – Porto Alegre: Artmed, 2000.

uma atividade coletiva e partilhar liderança; e) construir e estimular organizações e sistemas de ação coletiva do tipo democrático; f) gerenciar e superar conflitos; g) conviver com regras, servir-se delas e elaborá-las; h) construir normas negociadas de convivência que superem diferenças culturais.

Quanto à conceituação de habilidades esta comunicação fundamenta-se na teoria manifesta por Garcia:

Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes. Uma pessoa, por exemplo, que tenha uma boa expressão verbal (considerando que isso seja uma habilidade) pode se utilizar dela para ser um bom professor, um radialista, um advogado, ou mesmo um demagogo. Em cada caso, essa habilidade estará compondo competências diferentes. (GARCIA, Lenise Aparecida Martins, 2005).

Nesse sentido, ainda há que se avaliar em que medida o ENEM, efetivamente, contribui no processo ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de competências e habilidades. Segundo um dos relatórios do INEP⁶ a elaboração e inserção de itens nas provas são fundamentadas nos três seguintes pressupostos teóricos: situação-problema, interdisciplinaridade e contextualização.

Uma situação-problema, como técnica de avaliação e como concepção de aprendizagem, deve se caracterizar como um dos componentes da metodologia educacional. A situação-problema, em um contexto de avaliação, define-se por uma questão que se coloca e oferece uma variação de alternativas de respostas, das quais somente uma corresponde ao que foi enunciado. O participante do exame deve analisar o conteúdo proposto na situação-problema, recorrer às habilidades de ler, comparar, interpretar e decidir sobre a alternativa que responde ao proposto.

A **QUESTÃO 2** incluída na prova do ENEM em 2013, referente à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, por exemplo, apresenta ao participante uma situação-problema e requer as habilidades de leitura, comparação e interpretação de fatos históricos, assim como, a decisão sobre uma das alternativas para responder ao que foi proposto.

⁶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) Fundamentação Teórico-Metodológica. Brasília | DF | 2005

No final do século XIX, as Grandes Sociedades carnavalescas alcançaram ampla popularidade entre os foliões cariocas. Tais sociedades cultivavam um pretensioso objetivo em relação à comemoração carnavalesca em si mesma: com seus desfiles de carros enfeitados pelas principais ruas da cidade, pretendiam abolir o entrudo (brincadeira que consistia em jogar água nos foliões) e outras práticas difundidas entre a população desde os tempos coloniais, substituindo-os por formas de diversão que consideravam mais civilizadas, inspiradas nos carnavais de Veneza. Contudo, ninguém parecia disposto a abrir mão de suas diversões para assistir ao carnaval das sociedades. O entrudo, na visão dos seus animados praticantes, poderia coexistir perfeitamente com os desfiles.

PEREIRA, C.P. Os senhores da alegria, a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, M. C.P. Carnavais e outras festas: ensaios de história social da cultura. Campinas: Unicamp, 2002 (adaptado).

Manifestações culturais como o carnaval também têm sua própria história, sendo constantemente reinventadas ao longo do tempo. A atuação das Grandes Sociedades, descrita no texto, mostra que o carnaval representava um momento em que as

(A) distinções sociais eram deixadas de lado em nome da celebração.

(B) aspirações cosmopolitas da elite impediam a realização da festa fora dos clubes.

(C) liberdades individuais eram extintas pelas regras das autoridades públicas.

(D) tradições populares se transformavam em matéria de disputas sociais.

(E) perseguições policiais tinham caráter xenófobo por repudiarem tradições estrangeiras.

Na questão acima, a alternativa (D) considerada como a correta, requer não só uma visão contextualizada do aluno em determinado momento histórico, assim como, induz a que ele interprete sob uma perspectiva interdisciplinar, pois se podem observar conceitos referentes à geografia (espaço sócio-geográfico e suas características políticas onde ocorre o fato histórico) e à cultura artística de um povo. O ENEM, portanto, induz as unidades escolares a uma efetiva e concreta mudança curricular com base na interdisciplinaridade que deve ser a diretriz básica para o Projeto Político Pedagógico da organização escolar. O que se pretende nas escolas é o estabelecimento de uma intercomunicação efetiva entre as disciplinas, por meio de objetivos e conteúdos de forma a romper com a tradicional fragmentação curricular no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que as disciplinas continuam sendo ministradas desarticuladamente de acordo com os seus princípios epistemológicos.

Dirce Encarnacion Tavares evidencia a importância desse pressuposto, destacando o seguinte pensamento de Maria de los Dolores J. Pena em seu artigo intitulado *A interdisciplinaridade na contemporaneidade — qual o sentido?*⁷

*A interdisciplinaridade é uma exigência do mundo contemporâneo. Ela não só auxilia na compreensão do movimento de abertura frente ao problema do conhecimento e das transformações contínuas da contemporaneidade, mas busca dar sentido, principalmente nas instituições de ensino, ao trabalho do professor, para que ambos — professor e aluno — delineiem o caminho que idealizaram, reveja-se no sentido de juntos elaborarem o traçado de novas atitudes, novos caminhos, novas pesquisas, novos saberes, novos projetos...*⁸

Os objetivos educacionais do Ensino Médio, prescritos no artigo 35 da LDB de 1996, anteriormente citados, são cobrados no ENEM, entre os quais, a consolidação das aprendizagens do Ensino Fundamental e a continuidade dos estudos, assim como, o aprimoramento das habilidades cognitivas, visando à autonomia intelectual e a compreensão dos conteúdos acadêmicos.

Para resolver as questões, o candidato deve mobilizar sua competência de estudante, ou seja, mobilizar seus conhecimentos construídos ao longo de sua vivência no cotidiano e na escolaridade, para aplicá-los com autonomia com a finalidade de resolver situações-problema contextualizadas. Parte-se do princípio, portanto, que os conhecimentos dos participantes do ENEM são construídos a partir de sua vivência cotidiana e dos saberes disciplinares que desenvolvidos na Educação Básica devem se integrar em seus objetivos e conteúdos promovendo a interdisciplinaridade.

O ENEM induz as escolas à valorização da necessidade de leitura e atualização constante por parte dos estudantes. O estudo de atualidades passa a ser o suporte para o desenvolvimento dos conteúdos. As Ciências Humanas devem destacar-se nos currículos, pois a partir das mesmas o contexto social é estudado, propondo por meio de soluções de problemas, o desenvolvimento do raciocínio, da capacidade de se relacionar e da possibilidade de superar a simples memorização de fatos e ou, fórmulas. O

⁷ In FAZENDA, Ivani (org.) O Que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.

⁸ Apud Dirce Encarnacion Tavares em seu artigo intitulado *A interdisciplinaridade na contemporaneidade — qual o sentido?* In: FAZENDA, Ivani (org.) O Que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.

conteúdo escolar passa a ter sentido desde que aplicado e o desenvolvimento da habilidade da metacognição deve ser objetivo primordial de um projeto pedagógico.

A metacognição (...) é o fato de efetuar um retorno sobre seu próprio processo de aprendizagem e de interrogar, de alguma maneira externa, com a ajuda de seus pares, de seus mestres e dos seus suportes culturais necessários, a própria dinâmica da transferência de conhecimentos. É uma maneira de trabalhar essa transferência deixando de estar no processo, mas ficando diante do processo. Um modo de separar o interior e o exterior, de passar pelo crivo da regulação coletiva e da verbalização racional a relação que se estabeleceu entre os conhecimentos que se aprendeu e o mundo no qual se vive... (Perrenoud, 2000, p. 67).

Nesse sentido pode-se constatar que as questões do ENEM induzem o aluno ao desenvolvimento de um saber contextualizado e a solução de problemas onde a aplicação do conteúdo escolar e interdisciplinar se torne constante. A proposta do ENEM, no entanto, só contribuirá para a formação dos nossos estudantes se as alterações não se limitarem simplesmente à aplicação desse instrumento de avaliação desvinculado da realidade escolar.

É preciso desenvolver na comunidade escolar o trabalho coletivo à execução e avaliação do Projeto Pedagógico já previsto na LDB 9.934/96⁹, assim como, reformular a metodologia do processo de ensino e aprendizagem, repensar a interdisciplinaridade curricular à construção real, de forma a romper com a fragmentação curricular e finalmente, rever a sistemática do processo de avaliação do aprendizado. Considera-se, portanto, que o ENEM não pode estar desvinculado do Projeto Pedagógico da Escola.

A mudança na prática de avaliação do aprendizado deve levar em conta a revisão dos objetivos educacionais da escola e do currículo, assim como, repensar como os docentes avaliam e adquirem informações sobre o aprendizado dos alunos. Segundo J. Gimeno Sacristán (2007) há necessidade de se estabelecer uma política coerente da escola como unidade organizativa, na qual os professores tenham responsabilidades de “tutoria” para o conhecimento do aluno como um ser global, promovam mudanças de

⁹ **Art. 13º.** Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

métodos de ensino que permitam variedade de atividades em espaços adequados para reuniões e comunicação com os alunos. Os métodos que proporcionam informações sobre o cumprimento de tarefas e objetivos por parte dos alunos são os melhores recursos para essa comunicação.

A avaliação contínua tem coerência pedagógica só se a entendemos desde a perspectiva informal com fins formativos, realizada pelos professores dentro das práticas habituais de trabalho e de acompanhamento de tarefas (...) num clima de comunicação fluente, em que é possível conhecer diretamente o aluno/a sem ter de aplicar-lhes exames desligados do trabalho normal para comprovar suas aquisições (...) possibilidades (...). SACRISTÁN, J.Gimeno, 2007, p: 348.

O ENEM em 2013 nas questões referentes a Ciências Humanas e suas tecnologias tem se caracterizado pela interdisciplinaridade entre história, geografia e filosofia. O referido exame avalia o aluno quanto aos seus conhecimentos gerais, o desenvolvimento do raciocínio e análise crítica de situações-problema. Não basta ter conhecimento – é necessário especialmente saber dialogar com tal conhecimento na interpretação de situações-problema.

O exame tem como finalidade avaliar algumas competências do aluno, entre as quais: compreender a formação cultural e da identidade dos povos valorizando-as; entender as transformações dos espaços geográficos e as relações socioeconômicas e culturais de poder; entender a formação das instituições e suas relações histórico-geográficas; compreender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nas sociedades; conhecimento e valorização da democracia, cidadania, tolerância e diversidade cultural. O aluno, no exame se depara com charges, gráficos, desenhos, versos e documentos de época, devendo interpretá-los. O conhecimento difuso, a tolerância e a diversidade de perspectivas históricas e sociais são exaltadas como no exemplo da *QUESTÃO 20* também incluída na prova de 2013, que contem dois textos:

Texto I

A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras. Fazemos pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Constituição de 1988. Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas.

Disponível em www.mst.org.br. Acesso em 25 ago. 2011 (adaptado).

Texto II

O pequeno proprietário rural é igual a um pequeno proprietário de loja: quanto menor o negócio mais difícil de manter, pois tem de ser produtivo e os encargos são difíceis de arcar. Sou a favor de propriedades produtivas e sustentáveis e que gerem empregos. Apoiar uma empresa produtiva que gere emprego é muito mais barato e gera mais do que apoiar a reforma agrária.

LESSA, C. Disponível em www.observadorpolitico.org.br. Acesso em 25 ago. 2011 (adaptado).

Nos fragmentos dos textos, os posicionamentos em relação à reforma agrária se opõem. Isso acontece porque os autores associam a reforma agrária, respectivamente, à

- (A) redução do inchaço urbano e à crítica ao minifúndio camponês.*
- (B) ampliação da renda nacional e à prioridade ao mercado externo.*
- (C) contenção da mecanização agrícola e ao combate ao êxodo rural.*
- (D) privatização de empresas estatais e ao estímulo ao crescimento econômico.*
- (E) correção de distorções históricas e ao prejuízo ao agronegócio.*

Nessa questão a alternativa (E) é considerada correta porque contextualizar significa a correlação de ideias no desenvolvimento de argumentos tanto nas questões de múltipla escolha como também, nas questões discursivas apresentadas ao participante do ENEM, nas quais se exige uma correlação entre diferentes palavras e outros indicadores semânticos, ao compor uma frase, parágrafo ou texto. O compromisso contextual está presente em todos os itens do ENEM e em qualquer situação-problema, pois, é o recorte do contexto em que se realizou que nos permite julgar o valor de uma tomada de decisão.

Por intermédio do contexto, são propostos os enunciados dos itens das questões. O objetivo é propor uma situação-problema de forma que as informações mais importantes estejam presentes no seu enunciado. Dessa forma o participante é induzido a centralizar a sua atenção no próprio texto do enunciado, pois, nele estão contidas as informações. Nesse sentido, pretende-se que o enunciado seja lido de forma a interpretar as ideias que estão sendo nele propostas, assim como, apresentar argumentos que respondam ao desafio do enunciado no item e decidir sobre qual é a resposta coerente com o mesmo. Em uma visão sistêmica, em que o todo é tomado como regulador é

importante que a situação-problema a ser desvendada seja uma parte, um recorte, que expresse esse todo.

Por outro lado, enquanto parte, tenha função de todo, ou seja, crie um contexto para a tarefa a ser realizada. No entanto, a decisão a ser superada é como escolher ou recortar, por exemplo, do conjunto dos conteúdos trabalhados em uma disciplina ou de um conjunto de disciplinas, ou áreas de conhecimento, as situações-problema que sejam significativas para o todo ao qual pertencem e que, como recorte, haverão de se tornar significativas no contexto do processo de ensino e aprendizagem e consequentemente à avaliação do mesmo. O recorte, ao delimitar ou definir uma situação-problema, ainda que como fragmento de um todo, deve possibilitar a observação ou avaliação da resposta ao item inserido no ENEM, no espaço e tempo destinados a milhares de pessoas, considerando-se que a prova não pode durar mais do que quatro horas.

Com a finalidade de se tornar instrumento de autoavaliação do desempenho dos estudantes egressos da etapa final do Ensino Básico, o ENEM foi instituído em 1998 para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. A partir desse ano o MEC teve por objetivo torná-lo uma alternativa ao vestibular nacional para viabilizar oportunidades de acesso ao Ensino Superior às camadas populares de baixo poder aquisitivo. Em 1999, ocorreu um aumento no número de inscrições, porque os resultados obtidos no exame foram utilizados como parte dos critérios de seleção de candidatos aos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES). Em 2001, em função da gratuidade da taxa de inscrição aos participantes provenientes da escola pública a demanda aumentou consideravelmente.

Com o advento do Programa Universidade para Todos - PROUNI¹⁰, em 2004, esta utilização social amplia-se cada vez mais com resultados efetivos no sentido de proporcionar o ingresso de jovens no Ensino Superior. Até então, a maioria destes

¹⁰ Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

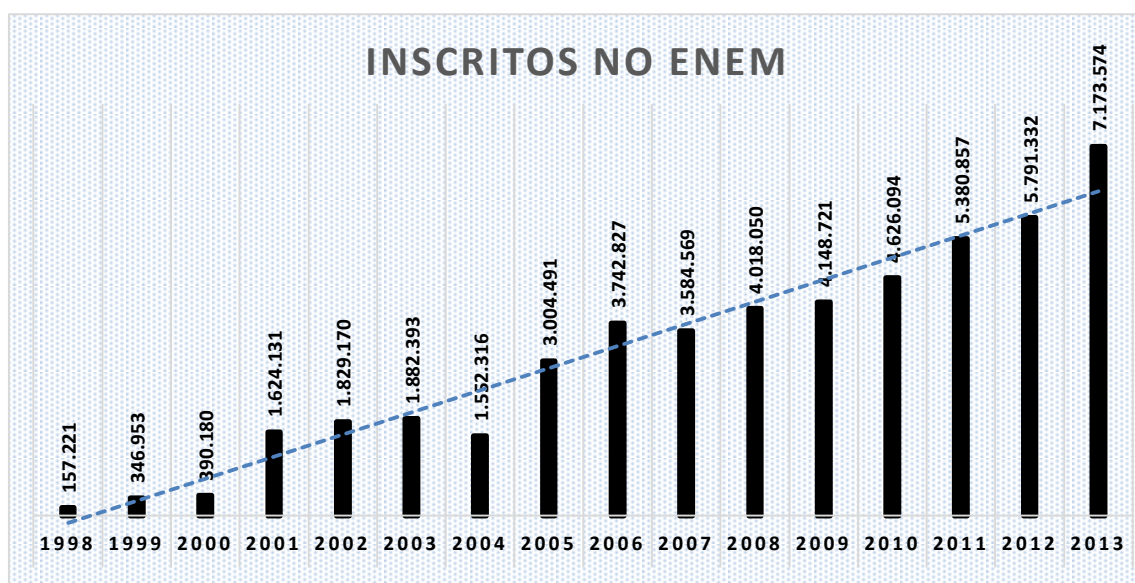
jovens desistia de continuar os estudos tendo em vista a escassez de vagas em instituições públicas e à falta de condições de pagar uma faculdade particular.

O PROUNI foi instituído para oferecer bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas no Ensino Superior aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular. Podem concorrer às bolsas integrais os estudantes que apresentam renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo e meio. Os que possuem renda familiar de até três salários mínimos *per capita* recebem bolsas parciais no valor de cinquenta por cento. As instituições privadas do Ensino Superior que aderem ao programa recebem isenção de tributos. No entanto, para conseguir a referida bolsa os candidatos precisam ainda obter nota mínima de quatrocentos e cinquenta pontos na prova do ENEM, com a finalidade de conjugar, desse modo a inclusão à qualidade e mérito dos participantes com melhores desempenhos acadêmicos.

Em 2010 houve um maior aumento nas inscrições ao ENEM, devido a sua articulação com o Sistema de Seleção Unificado - SISU¹¹. Devido a esses incentivos, em 2013 o ENEM bateu recorde de inscrições, com mais de sete milhões de candidatos do país inteiro, como se pode observar no gráfico 1.

¹¹ Portaria Normativa MEC nº 02/2010 institui e regulamenta o SISU. Portaria Normativa MEC nº 21/2012 dispõe sobre o SISU.

GRÁFICO 1



Fonte: <http://inep.gov.br>

Em 2010 o ENEM passou a ser pré-requisito para o Programa de Financiamento Estudantil - FIES¹². A partir de 2013¹³ tornou-se uma exigência para os alunos que desejam concorrer a uma bolsa de estudos do intercâmbio Ciência sem Fronteiras, um programa de pesquisa criado em 2011 pelo governo federal brasileiro para incentivar as bolsas de iniciação científica ou de projetos científicos no exterior. Todos esses novos incentivos explicam o aumento no interesse pelo exame.

Do total dos inscritos no ENEM, em 2013, cerca de cinco milhões realizaram as provas devido a uma parcela de abstenções. Ao adotar o exame como processo seletivo e aderir ao SISU, as instituições federais passaram a receber inscrições de diversas partes do País. É o caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que saltou de uma concorrência de 3,66 candidatos por vaga em 2008 para 52,13 no ano passado.

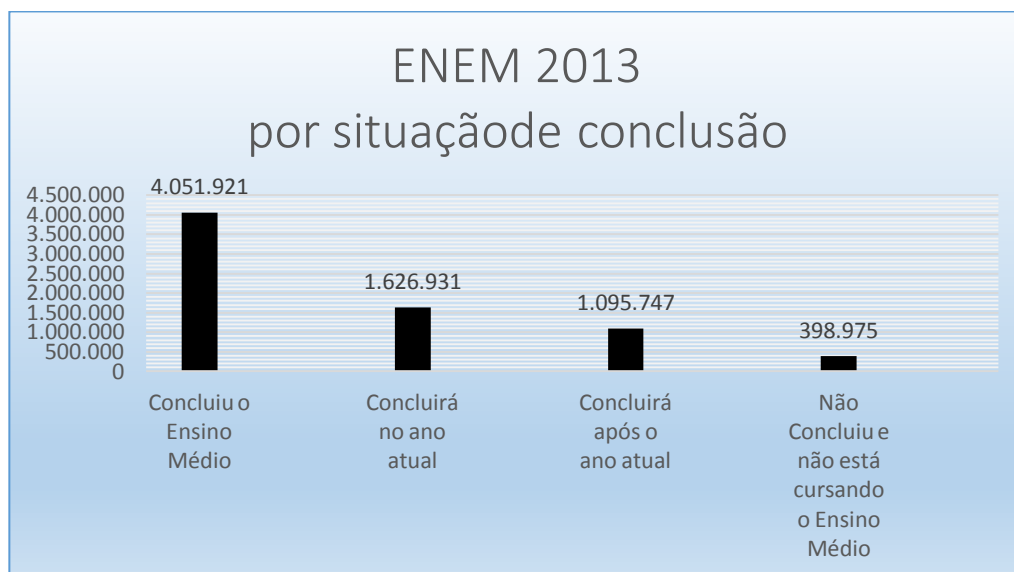
Deve-se considerar, ainda, que esse aumento da demanda de participantes ao ENEM, se explica também pelo fato de que a nota obtida na prova é utilizada para efeitos de certificação de conclusão do Ensino Médio¹⁴, como se pode observar pelo gráfico 2, que demonstra a situação de escolaridade dos inscritos em 2013.

¹² Resolução MEC nº 4, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010.

¹³ <http://www.enem.br.com/noticias/enem-vira-exigencia-para-o-ciencia-sem-fronteiras/>

¹⁴ Portaria INEP nº 04, publicada no Diário Oficial da União em 11 de fevereiro de 2010 e Portaria Normativa MEC nº 16/2011 dispõe sobre certificação no nível de conclusão do Ensino Médio ou declaração de proficiência com base no ENEM.

Gráfico 2



Fonte: <http://inep.gov.br>

Para obter a certificação do Ensino Médio, o candidato deve fazer esta opção no ato de inscrição para o exame e ter dezoito anos ou mais na data da prova. Além disso, é preciso conseguir pelo menos 450 pontos em cada uma das áreas de conhecimento das provas objetivas e 500 pontos na redação.

Em 2013, cinquenta e nove Universidades Federais usaram o ENEM em seu processo seletivo e quatro Universidades Estaduais. Segundo informações do Ministério da Educação, outras dez universidades federais e duas estaduais também adotarão o sistema em 2014. Porém, embora aceita cada vez mais, a prova ainda enfrenta resistência por parte de algumas universidades que preferem controlar seus processos seletivos, não se consolidando o ENEM, até o presente momento como alternativa ao vestibular nacional.

Enquanto considerações finais pode-se afirmar que o ENEM tem induzido a uma gradativa contribuição à melhoria da qualidade da Educação Básica e à ampliação de oportunidades de acesso ao Ensino Superior, no entanto, há ainda desafios a superar. Sem dúvida, o ENEM pode induzir a mudanças no projeto pedagógico desenvolvido nas unidades escolares, ao enfatizar a importância da interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem, à valorização da compreensão e do raciocínio crítico e, conseqüentemente, avaliar o desenvolvimento de competências e habilidades, relegando

a plano secundário a desarticulação das disciplinas no currículo escolar e a memorização que ainda são constantes na Educação Básica.

No entanto, é de suma importância que os resultados do ENEM permitam, efetivamente, ao participante uma autoavaliação e forneçam informações fundamentais para a formulação de indicadores de qualidade da educação brasileira, além de propiciar a pais, professores e gestores das instituições escolares os subsídios para ações e intervenções pedagógicas em favor da melhoria do Ensino Médio. Ou seja, seus resultados devem contribuir para processos de reflexão pedagógica, aprimoramento do ensino, reorganização curricular, planejamento da vida escolar e formulação de políticas educacionais.

Desde que foi instituído em 1998 até 2013 tem-se observado que o ENEM vem ganhando notoriedade, mas ainda não se concretizou como um vestibular nacional embora a disputa por vagas nas universidades e institutos federais tenham dobrado nos últimos quatro anos. Segundo levantamento do jornal Folha de S. Paulo (20/11/2013), com base nos dados do Censo da Educação Superior, oito candidatos, em média, disputavam cada vaga nas instituições federais em 2008. Em 2012, essa proporção chegou a 17,3. Embora a rede federal de Ensino Superior tenha se expandido nos últimos anos, a procura por vagas cresceu em ritmo mais acelerado. Em quatro anos, o número de vagas em cursos presenciais saltou de 169,5 mil para 283,4 mil, o que corresponde a um incremento de 67,2%. Nesse período, a quantidade de inscritos aumentou 261,5% (1,3 milhão para 4,9 milhões), o que elevou a disputa por vagas.

Para que o ENEM se efetive como vestibular nacional, há necessidade de que no Plano Nacional de Educação constem as diretrizes ao processo de cooperação entre as esferas governamentais (união, estados e municípios), ou seja, deve haver um fluxo de informações e de significados que garanta maior identidade entre o todo e as partes, decorrendo, nesse sentido, a partilha do poder de decisão, assim como, maior integração entre as escolas de Educação Básica e Universidades, no que se refere não só à ampliação de acesso de segmentos populacionais ao Ensino Superior aos que ainda se encontram dele excluídos, mas também à qualidade de ensino. Torna-se imprescindível,

portanto, que a partir do ENEM se obtenha informações relevantes para avaliar as políticas públicas da Educação Básica no Brasil.

Segundo Abramovay & Castro (2003) houve uma intenção do MEC de tentar influir junto às IES para estas procedam a uma revisão no vestibular, valorizando a nota do ENEM no processo de acesso ou, elaborando provas com características semelhantes às do ENEM. Nesse sentido, o exame pretende avançar para que o processo de seleção à Educação Superior exerça influência sobre o processo de ensino e aprendizagem, realmente, desenvolvido no Ensino Médio.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam & CASTRO, Mary Garcia. Ensino Médio: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO Brasil/MEC, 2003.

DOMINGUES, José Juiz ET al. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. In: Educação e Sociedade. V. 21 nº 70. Campinas, 2000. ISSN 0101-7330.

FAZENDA, Ivani (org.) O Que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Trad. Patrícia Chittoni Ramos – Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. Pedagogia Diferenciada. Trad. Patrícia Chittoni Ramos – Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. A equilibração das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

SACRISTÁN, J. Gimeno & Gómez A. I. Pérez. Compreender e Transformar o Ensino. Tradução ROSA, Ernani F. da Fonseca. São Paulo: Artmed Editora, 2007.

Webgrafia

<http://www.dw.de/desconfian%C3%A7a-impede-enem-de-se-firmar-como-alternativa-plena-ao-vestibular/a-17196978>. Acesso 15/11/2013.

http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=edc6e730-3b19-4540-b5e9-86b26a73c3c6&groupId=214072. Acesso 22/11/2013.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins Garcia. Competências e Habilidades: você sabe lidar com isso? Educação e Ciência, Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <http://uvnt.universidadevirtual.br/ciencias/002.htm>. Acesso em: 12 jan. 2005

<http://www.granjahoje.com/2012/10/enem-2012-ciencias-humanas-a-tinterdisciplinaridade-entre-a-historia-a-geografia-e-a-filosofia/>. Acesso 02/11/2013

<http://www.pedagogia.com.br/artigos/enem/index.php?pagina=1>. Acesso 02/11/2013.

<http://www.portal.mec.gov.br/index.php?itemid=310+enen.br>. Acesso 22/11/2013.

<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>. Acesso 16/11/2013.

[pt.wikipedia.org/wiki/Ciência_sem_Fronteiras](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ci%C3%ancia_sem_Fronteiras). Acesso 22/11/2013.

<http://www.enem.br.com/noticias/enem-vira-exigencia-para-o-ciencia-sem-fronteiras/>
Acesso 22/11/2013.

Referências normativas

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996.

Portaria INEP nº 04, publicada no Diário Oficial da União em 11 de fevereiro de 2010.

Portaria Normativa MEC nº 02/2010 institui e regulamenta o SISU. Portaria Normativa MEC nº 21/2012 dispõe sobre o SISU.

Portaria INEP nº 04, publicada no Diário Oficial da União em 11 de fevereiro de 2010.

Portaria Normativa MEC nº 16/2011 dispõe sobre certificação no nível de conclusão do Ensino Médio ou declaração de proficiência com base no ENEM.

Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

Resolução da Câmara Básica de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº 2 de 30 de janeiro de 2012.